



2022



TERRITÓRIOS VIVOS

O Projeto Territórios Vivos tem como objetivo consolidar a Plataforma de Territórios Tradicionais desenvolvida pelo Ministério Público Federal, fortalecendo e engajando os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no posicionamento para a realização dos seus direitos humanos.

A base de sua concepção e implementação é o princípio “**Não deixar ninguém para trás**” da **Agenda 2030** e aplica uma abordagem sensível para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Nome oficial do projeto (PT): Agenda 2030 - contribuindo para a implementação do princípio ‘leave no one behind’.

Nome de implementação: Territórios vivos.

Vigência: 02/2021 – 01/2024.

Locais de implementação: território nacional e regiões-piloto Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Comitente: BMZ - Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento.

Entidades Nacionais Executoras: MPF e GIZ.

Estrutura de governança tripartite composta por: MPF, Rede PCTs no Brasil e GIZ.

Objetivo Geral

Os povos e comunidades tradicionais se posicionam para a efetivação de seus direitos humanos e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 frente às estruturas nacionais com responsabilidades em matéria de direitos humanos.

Componentes

- 1** **Desenvolvimento da plataforma georreferenciada;**
Os povos e comunidades tradicionais dispõem de uma plataforma georreferenciada segura e acessível.
- 2** **Promoção do uso qualificado da plataforma;**
Atores elo da sociedade civil, academia e instituições públicas são treinados/as para o uso da plataforma.
- 3** **Desenvolvimento organizacional de PCTs;**
A capacidade das organizações de Povos e Comunidades Tradicionais é fortalecida para melhor representar seus interesses.
- 4** **Governanças sustentável da Plataforma de Territórios Vivos;**
O CNPCT e o MPF dispõem de conhecimentos técnicos e metodológicos para o uso sustentável da plataforma.



Por meio da:





Plataforma de Territórios Tradicionais

Criada em 2019, a Plataforma de Territórios Tradicionais é um ambiente online que busca reunir e sistematizar informações georreferenciadas sobre Territórios Tradicionais de todo o Brasil, reconhecidos oficialmente ou não.

Territórios Tradicionais são aqueles culturalmente diferenciados, ocupados por grupos tradicionais que usam os recursos naturais como condição para sua reprodução étnica, ancestral, cultural, social, religiosa, antepassada e econômica.

Objetivos

A plataforma objetiva assegurar o protagonismo das comunidades em seus territórios, integrar e centralizar informações de Territórios Tradicionais, disponibilizando uma fonte de dados confiáveis para a sociedade. Além do mais, objetiva:

- Dar visibilidade aos PCTs. Subsidiar a identificação de ameaças, conflitos, disputas e oportunidades que envolvam os territórios e entorno;
- Orientar a ação do MPU e demais instituições na proteção dos direitos dos PCTs;
- Criar uma base cartográfica que permita identificar os diferentes estágios de reconhecimento dos territórios tradicionais.

Governança da Plataforma

Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

representantes de entidades de PCT's até 2023

Conselho Gestor da Plataforma

Conselho Gestor: 7 votos
6 (CNPCT) + 1 (MPF); 19 voz

Comitê Técnico da Plataforma

Membros do Comitê Técnico:
16 instituições

Normativa: Portaria PGR/MPF nº 167/2019

Cadastros

Para poder cadastrar um ou mais territórios na plataforma, é necessário solicitar a liberação do usuário “cadastrante” pelo e-mail 6ccr-plataformaterritorios@mpf.mp.br.



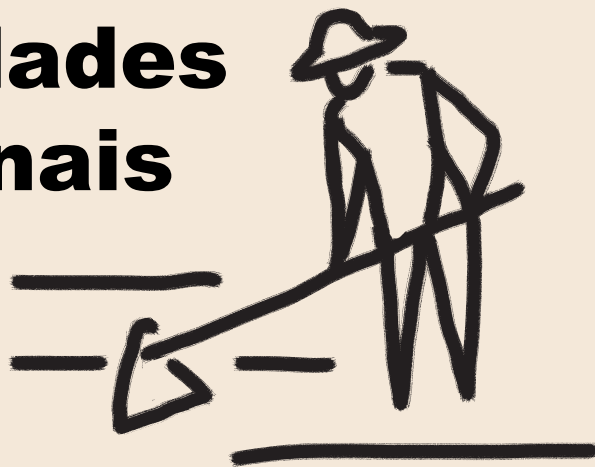
Povos e Comunidades Tradicionais

Segundo o Decreto 6.040/2007, art. 3º, § 1º, os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) podem ser definidos como:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”

Sendo assim, a preservação dos direitos desses povos é fundamental para a conservação da sociobiodiversidade brasileira e dos mais diversos aspectos sociais, culturais e ecológicos que compõem esta nação.

No Brasil, existem 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) reconhecidos pela legislação (Decreto 8.750/2016).



Andirobeiras

Apanhadoras de Flores
Sempre-Vivas

Caatingueiros

Caiçaras

Castanheiras

Catadores de Mangaba

Cipozeiros

Extrativistas

Faxinalenses

Fundo e Fecho de
Pasto

Geraizeiros

Ilhéus

Isqueiros

Morroquianos

Pantaneiros

Pescadores Artesanais

Piaçaveiros

Pomeranos

Povos Ciganos

Povos de Terreiro

Povos Indígenas

Quebradeiras de
Coco Babaçu

Quilombolas

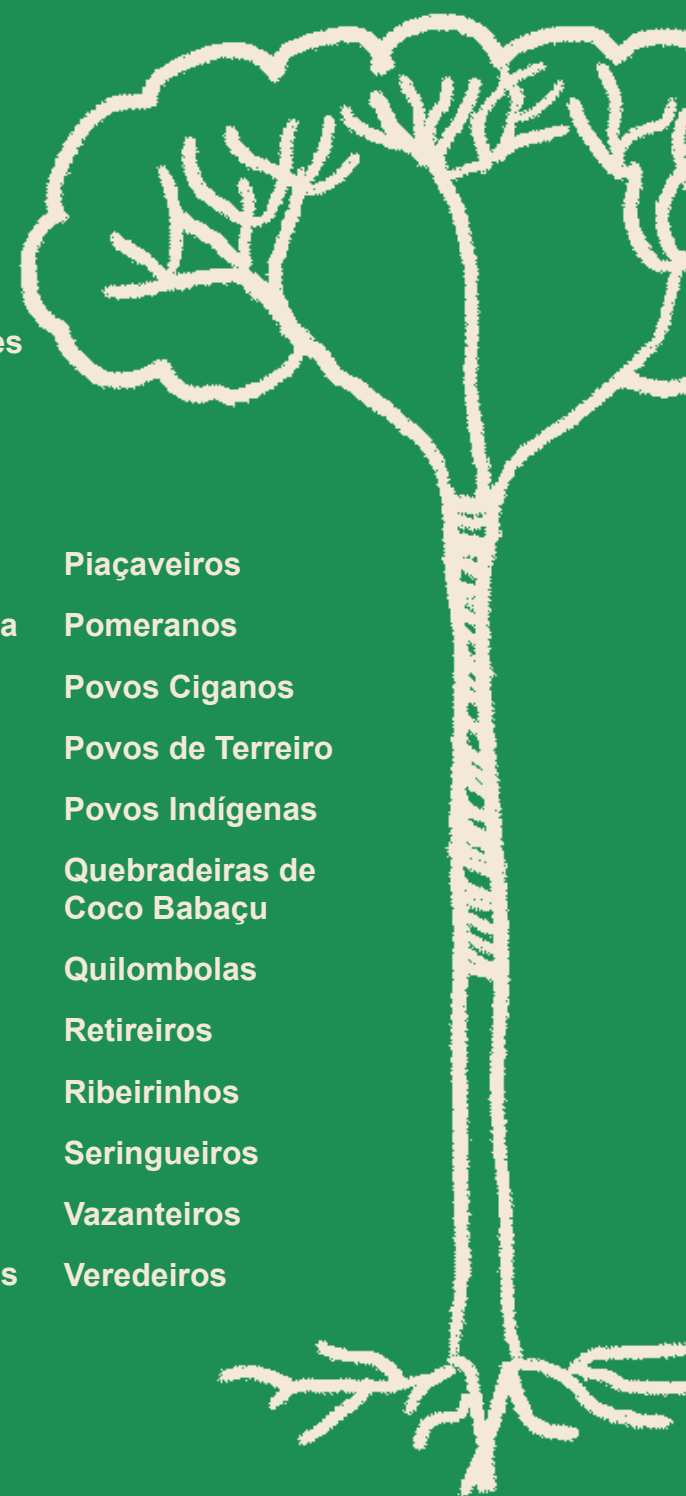
Retireiros

Ribeirinhos

Seringueiros

Vazanteiros

Veredeiros





Principais bases normativas

- **Portaria PGR/MPF n. 167/2019:** Define o escopo da Plataforma de Territórios Tradicionais. Cria o Conselho Gestor e o Comitê Técnico e define suas atribuições.
- **Decreto nº 8.750/2016:** Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Decreto nº 6.040/2007:** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Decreto nº 2.519/1998:** Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica.
- **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais:** Ratificada pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 143 e promulgada pelo Decreto nº 501.
- **Decreto nº 9.334/2018:** Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - Planafe.
- **Decreto nº 7.747/2012:** Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.
- **Decreto nº 4.887/2003:** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- **Decreto nº 6.040/2007:** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.



Principais estatísticas sobre PCTs

Quando falamos em povos e comunidades tradicionais, a invisibilidade e ausência de dados estatísticos consolidados confiáveis são características marcantes.

Mais de 6 milhões de PCTs



Segundo relatório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2020, existem 6.065.920 pessoas pertencentes a diferentes segmentos de povos e comunidades tradicionais, incluindo povos indígenas (MMFDH, dados compilados do CadÚnico, IBGE e Portal da Transparência, 2020).

Terras Indígenas estão entre as áreas mais preservadas da Amazônia Legal. Nos últimos 30 anos no Brasil as TI perderam apenas 1% de sua área de vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas foi 20,6% (Mapbiomas, 2021). No entanto, a ação de madeireiros e o desmatamento são uma ameaça constante a estes territórios. (ISA, 2021)



11,6% do Brasil é oficialmente território indígena

As terras indígenas ocupam 991.498 km² de área, cerca de 11,6% do território nacional (IBGE, 2022).

Enquanto, somente 6,7% das terras quilombolas são tituladas. No Brasil, de um total de 2.715 territórios quilombolas, somente 182 são titulados (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq, 2019).



Agenda 2030 da ONU

O conceito de “desenvolvimento sustentável” foi usado pela primeira vez em 1987, em um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, intitulado “Nosso Futuro Comum”.

Em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), os países presentes concordaram em estabelecer um grupo aberto de trabalho para desenvolver uma agenda para o desenvolvimento sustentável, unificando as pautas sociais e ambientais, assim, o conceito de “socioambiental” começou a ganhar força.

A Agenda 2030 está ancorada na priorização da proteção dos direitos humanos, sendo eles econômicos, sociais, culturais, direitos civis ou direitos políticos, resumidos no princípio-chave “**Não Deixar Ninguém Para Trás**”.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, se comprometeram a implementar a Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e outros 192 países que integram a **Organização das Nações Unidas (ONU)**. Todas essas nações se comprometeram a “um plano de ação com vigência de 15 anos para erradicação da pobreza e promoção de uma vida digna para todos, dentro dos limites do planeta”.

17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A ONU e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Veja abaixo cada um deles:

- 1 Erradicação da pobreza:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3 Saúde e Bem-Estar:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
- 4 Educação de Qualidade:** Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
- 5 Igualdade de Gênero:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6 Água Potável e Saneamento:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
- 7 Energia Limpa e Acessível:** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

8

Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

9

Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

10

Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

11

Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12

Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13

Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

14

Vida na Água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15

Vida Terrestre: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.

16

Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17

Parcerias e Meios de Implementação: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





1

Erradicação da Pobreza

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.



2

Fome Zero e Agricultura Sustentável

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



3

Saúde e Bem-Estar

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.



4

Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.



5

Igualdade de Gênero

Alcançar a igualdade de gênero e
empoderar todas as mulheres e meninas.



6

Água Potável e Saneamento

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.



7

Energia Limpa e Acessível

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.



8

Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.



9

Indústria, Inovação e Infraestrutura

**Construir infraestruturas resilientes,
promover a industrialização inclusiva e
sustentável e fomentar a inovação.**



10

Redução das Desigualdades

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.



11

Cidades e Comunidades Sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



12

Consumo e Produção Responsáveis

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



13

Ação Contra a Mudança Global do Clima

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.



14

Vida na Água

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



15

Vida Terrestre

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.



16

Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



17

Parcerias e Meios de Implementação

Reforçar os meios de implementação
e revitalizar a parceria global para o
desenvolvimento sustentável.



Por meio da:

